

A guerra que “não acabou”: as tensões para a manutenção das tropas imperiais em Assunção (1869-1871)*

The war that “didn’t end”: tensions for maintenance of Imperial troops in Asunción (1869-1871)

Fabio da Silva Pereira

Doutorando em História pela Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO), mestre em Administração Pública (FGV), licenciado em História (UNIRIO) e bacharel em Ciências Militares (AMAN).

Florence Alencar Moreira

Graduanda em História pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e pesquisadora do Grupo História Militar e Fronteiras (UNIVERSO).

Gustavo de Freitas Araújo

Especialista em História Militar pela Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL), licenciado em História (UNOPAR) e bacharel em Ciências Militares (AMAN).

RESUMO

O artigo analisou as consequências da Guerra da Tríplice Aliança entre 1869 e 1871, em que vários aspectos contribuíram para a manutenção de uma Divisão do Exército Imperial em Assunção após o término do conflito. A análise documental contemplou os relatórios dos Ministérios da Guerra, do Império e das Relações Exteriores. O discurso encaminhou a questão como um “assunto extraordinário”, evidenciando a camuflagem institucional na qual constava, de um lado, a ação diplomática, a desmobilização das tropas e, em sentido oposto, a destinação dos recursos para prover a subsistência dos militares. Em consequência a essa queda de braço entre orçamento versus diplomacia, o Império do Brasil articulou movimentos de memória e esquecimento dos seus feitos no maior conflito bélico em solo sul-americano.

PALAVRAS-CHAVE: Consequências da Guerra da Tríplice Aliança; Diplomacia Imperial; Economia do Brasil Império

ABSTRACT

This article analyzed the consequences of the Triple Alliance War between 1869 and 1871, in which several aspects contributed to the maintenance of an imperial army division in Asunción after the end of the conflict. The documental analysis included reports from the ministries of War, Empire and Foreign Affairs. The governor’s speech addressed as an “extraordinary issue”, highlighting the institutional camouflage that included, on the one hand, diplomatic action, the demobilization of troops and, in the opposite sense, the allocation of resources to provide for the military subsistence. As a consequence of this struggle between budgets versus diplomacy, the Empire of Brazil articulated movements of memory and forget achievements in the greatest war conflict in South America.

KEYWORDS: Triple Alliance War consequences; Imperial Diplomacy; Brazil Empire Economy

*Artigo recebido em 28 de março de 2020 e aprovado para publicação em 06 de maio de 2020.
Navigator: subsídios para a história marítima do Brasil. Rio de Janeiro, V. 16, nº 31, p. 52-64 – 2020.

INTRODUÇÃO

“O passado está cheio de ervas e o futuro prenhe de calamidades”
(A REFORMA, 9 de julho de 1870).

A proposta deste estudo foi apresentar um panorama documental sobre o desfecho da Guerra da Tríplice Aliança (GTA), compreendendo a condução política imperial após a derrota do Exército paraguaio (1869), a morte de Francisco Solano López (1870) e o ano seguinte da manutenção da presença militar brasileira. A retirada do Duque de Caxias em 1869 e a assunção do Príncipe Gastão de Orleans (Conde D'Eu) ganharam vozes dos jornais¹ e da atenção popular com as orientações dos dois partidos² que se buscavam na direção efetiva do parlamento imperial. O Partido Conservador, liderado por Caxias, passou a ditar as regras no parlamento a partir do ano de 1868³, onde o Barão de Muritiba ficou como responsável pelo Ministério da Guerra. O Partido Liberal, representado pelo General Osório e contando com a simpatia do Conde D'Eu, buscou potencializar o prestígio monárquico e a hegemonia nas câmaras legislativas.

O fio da balança ficou por conta dos destinos financeiros e dos esforços diplomáticos para equilibrar as demandas, a saber: de um lado estavam a consolidação das fronteiras e a condução inicial dos destinos do Paraguai após o 1º de março de 1870. Apesar das intensas discussões que culminaram no acordo da retirada de militares entre brasileiros e argentinos, em 24 de novembro de 1869 (RODRIGUES, 2009, p. 27), o Governo imperial decidiu manter uma Divisão de Exército, com mais de 3000 homens, estacionada na capital Assunção (DORATIOTO, 2004).

Estava em jogo, também, a imagem da monarquia como condutora dos esforços militares sem a presença direta de Caxias. Após ter alegado a sua saída por motivo de doença, em janeiro de 1869, o Duque reco-

lheu-se em seu sítio na Tijuca, dispensando comemorações por seus feitos na longa campanha. Esse fato proporcionou a oportunidade esperada pelo Príncipe Gastão de Orleans que, com 27 anos, tornou-se o comandante em chefe das tropas na Campanha da Cordilheira (1869-1870). Embora a guerra tenha sido dada por terminada, a Campanha da Cordilheira encontrou vários sítios de resistência. De acordo com os registros do Ministério da Guerra, o Marechal Francisco Solano López e o restante do seu Exército permaneceram por tempo considerável nas cercanias de Assunção, onde montou bases estratégicas em Luque, em junho, em Caacupé até 15 de agosto e em San Estanislao em 13 de outubro (AHEx, 1870). Cabe destacar que essas bases lopistas estavam distantes, respectivamente, apenas a dez, 60 e 145 quilômetros da capital paraguaia. Em consequência, qualquer movimento de retirada aliada naquele momento poderia ser acompanhado pela rápida retomada ao poder por parte de López.

Nesse período, depois de encarniçados combates e uma troca de correspondências entre o príncipe e o marechal paraguaio (29 de maio), novas investidas aliadas tiveram como finalidade encontrar importantes fontes para a manutenção do poder local, como, o Arquivo Público do Paraguai até 1868 e farta munição e peças de artilharia apreendidos no combate de Pirebebuy, em 12 de agosto. Ademais, os combates nessa etapa do conflito custaram a vida de muitos aliados, como o Brigadeiro João Manoel de Menna Barreto (AHEx, 1970). Esses detalhes contribuíram para os políticos brasileiros e os folhetins de vertente liberal-progressista lançarem críticas à atuação do Duque de Caxias, acusando-o, inclusive, por ter deixado o Marechal Solano López escapar (RODRIGUES, 2009).

Terminada a última fase do conflito, o Conde D'Eu é recebido com muita festa na Corte e isso movimentava as casas legislativas

em torno da comemoração oficial da vitória em 10 de julho de 1870, também conhecida como a “festa do barracão”. Segundo Trevisan (1985), tal perspectiva só fora possível devido à pressão exercida pelo Conde D’Eu, já que a pompa do desfile da vitória tinha o objetivo de ser reduzida. As calamidades sofridas pelo Exército durante a guerra não poupavam os homens de armas, e as elites civis, de fato, corroboraram para aumentar essa desvalorização. O patriotismo passava a ser um “privilegio” do Exército, até mesmo porque sua opinião política era limitada frente às imposições das elites outrora citadas (TREVISAN, 1985, pp. 11-13). De outro lado estava o custo das promessas feitas durante a campanha para os Voluntários da Pátria e para os cativos e inválidos, além da enorme dívida contraída para vencer a guerra. Isso mobilizou os *Luzias* nas casas legislativas e os folhetins de cunho liberal. E também contribuiu para o “esquecimento” da campanha diante da incapacidade imperial na resolução todos os compromissos firmados durante a GTA.

Com a demonstração de bravura, mesmo que em defesa de uma pátria que não lhes pertenciam, os cativos esperavam retornar da guerra com a condecoração no peito e a carta de liberdade nas mãos. Encontraram sim, na volta ao Brasil, os velhos grilhões e a humilhação de serem detidos em meio às festividades, ainda vestidos com as fardas desbotadas pela prolongada campanha, depois da árdua tarefa cumprida (RODRIGUES, 2009, p. 15).

O objetivo, portanto, foi avaliar as tensões imperiais na condução dos destinos das tropas instaladas no Paraguai por mais de seis anos. Para isto, o artigo foi dividido em duas partes. Em um primeiro momento, verificamos a “Festa do Barracão” (1870) como o prenúncio dos movimentos de esquecimento seletivo e gradual dos feitos militares na re-

gião platina. No segundo instante, a permanência de tropas imperiais em Assunção e a avaliação sumária da destruição do Forte de Coimbra e da cidade de Corumbá pelas tropas paraguaias, com reflexos no cálculo da indenização a ser feita pelo Paraguai pelos custos imperiais do conflito. Assim, dispensando a teleologia, o artigo visa oferecer um prisma sobre como o conjunto das tensões motivou a permanência de uma divisão e de uma flotilha imperial por anos após a morte de Francisco Solano López.

A “FESTA DO BARRACÃO” COMO TERMÔMETRO INSTITUCIONAL

O lento processo de dissolução dos 13 batalhões de voluntários iniciou em janeiro de 1869, com Caxias ainda no comando das tropas. No entanto, apesar das ponderações sobre o grande efetivo instalado em Assunção, o novo comandante – o Conde D’Eu –, ao chegar em 14 de abril daquele ano (AHEx, 1870), acatou a ordem das unidades serem designadas para novas localidades, no intuito de localizar Solano López. A cidade de Assunção, além das tropas estacionadas e suas barracas de campanha, também representava um polo de atração para refugiados do interior do país, famintos e doentes, mas não dispunha de infraestrutura para recebê-los, tornando o quadro caótico (HOMEM DE MELLO, 1873, p. 31).

Mesmo diante das dificuldades, a diplomacia brasileira conseguiu instalar um governo provisório em 15 de agosto⁴ de 1869 em forma de triunvirato, composto por Carlos Loizaga, José Díaz de Bedoya e Juan Francisco Découd⁵. Este governo, porém, começara a enfrentar dificuldades na condução dos destinos políticos do Paraguai logo no início do ano de 1870:

No início de 1870 se deu, pela primeira vez, o uso de forças militares brasileiras para influenciar no quadro político

interno paraguaio. Foi quando ocorreram agitações, em torno da eleição de deputados constituintes, entre as duas correntes políticas: os “lopistas”, seguidores de Cândido Bareiro, e os “liberais”. Os “barreiristas” buscavam derrubar o Governo Provisório, mas tal não se deu, pois o comandante das forças imperiais, General Correa da Câmara, apoiou as autoridades provisórias (IHGB, 1870).

Segundo Harris Warren, o triunvirato paraguaio funcionou na teoria entre 15 de agosto de 1869 e 1º de setembro de 1870 (WARREN, 2015, p. 96). De qualquer modo, um acordo entre os aliados para por fim à guerra foi firmado em 20 de julho de 1870⁶, com a promessa imperial de não intervir na política paraguaia e a promessa argentina de evacuação da Villa Occidental. Ambas as promessas entre os aliados não seriam cumpridas até o final daquela década (WARREN, 2015, p. 92).

No Brasil, em paralelo à notícia de que Francisco Solano López estaria morto (18 de março de 1870) e a guerra tecnicamente terminada, começou a preparação dos festejos regionais para a recepção dos combatentes. A possibilidade de uma comemoração unificada na corte foi descartada inicialmente por questões logísticas e pela possibilidade de haver uma rebelião interna por conta do atraso no pagamento dos soldos e na desmobilização imediata com a baixa compulsória dos voluntários. Essa preocupação vinha de longe e ressoava há tempos nos ouvidos da Corte:

O Paraguai fica reduzido a mulheres e nós a mendigos. Outras questões virão após e quem sabe o que fará um Exército composto de voluntários altaneiros e indisciplinados. A questão da escravidão bate-nos à porta e desorganizará o

trabalho. Tudo isso impressiona e faz-me esmorecer⁷ (BIBLIOTECA NACIONAL, 1869).

Segundo o jornal gaúcho *A Reforma*, o Conselheiro Paranhos disse que os batalhões deveriam seguir diretamente do Paraguai para os seus destinos, não deveriam deslocar-se em grupamentos completos e sim cada um por sua vez. Além disso, esse transporte foi feito aos poucos, dentro da disponibilidade da malha regional sem a contratação de navios extras para tal fim. Segundo elucidada Souza (2018), pouco fora feito para recepcionar até mesmo os mutilados e doentes de campanha. Destaca-se a formação do Asilo de Inválidos da Pátria como uma iniciativa da Associação Comercial do Rio de Janeiro, pelo Decreto de 15 de novembro de 1867. A gestão estava a cargo do irmão do Duque de Caxias, o futuro Visconde de Tocantins, e ainda, contava com o paradoxo imperial: por mais que este alegasse falta de recursos, corroborava para o fundo com volumosa quantia. Após a guerra, pouco a pouco, os recursos se tornaram escassos, o que obrigava aos mutilados residirem fora de tal asilo. Os relatórios de 1871 e 1872 expressavam, então, a necessidade de ser criado um Museu Militar com caráter pedagógico para a exibição dos “troféus de guerra”. Assim, fora transferido para a localidade do asilo, em 1877, com a intenção de deixar de fazer parte do Arsenal de Guerra, ainda que, em 1886, o Império já não custeie mais as especificidades do asilo, mantendo apenas as funções do Museu. Adicionalmente, o folhetim rio-grandense atribui ao conselheiro a omissão na providência às comemorações: “nada de festejos públicos, de festas populares pelo seu regresso à Pátria”. A motivação aparente seria a falta de recursos:

Toda a falta de sensibilidade do governo em relação aos veteranos da guerra era justificada sempre pelas más condições financeiras – não era possível beneficiar da

mesma forma todos que livraram o Brasil da derrota no Paraguai. Em troca de suas próprias vidas alguns deram a paz e a felicidade ao País, enquanto outros gozavam do santo ócio e das delicias domésticas. Como indenizar alguém que participou da campanha por alguns meses e outros que fizeram toda a guerra? (RODRIGUES, 2009, p. 17).

A incerteza entre o clima de festa do retorno e a possibilidade de reembolso dos que lutaram retardou a decisão imperial em promover as comemorações. O “silêncio” constrangedor na Corte ficou por conta dos possíveis protestos que poderiam por em xeque a instituição monárquica. O *Jornal do Comércio* detalhou a angústia governamental para saldar dívidas com o próprio povo:

O tempo das festas já passou. As glórias que vem tarde já vêm frias. Fique sim a cada província o direito de saudar os batalhões de voluntários como quiser, e entender mais belo e mais glorioso. Mas não se acumule sobre o Tesouro despesas com transportes em flotilhas, com desembarque na Corte do Império, com embarque novos para cada província, ficando depois o Governo do Brasil devendo a cada voluntário, a quantia de 300:000\$ e umas braças de terra que lhes prometeu por um decreto publicado com data de 7 de janeiro de 1865 (JORNAL DO COMMERCIO, 1870).

Contudo, a possibilidade da realização do evento comemorativo contou com a mobilização do próprio imperador nas casas legislativas. A finalidade de promover um espetáculo público das festas oficiais seria uma clara demonstração do prestígio do imperador, pela sua capacidade de mobilização, pelo seu forte apelo emotivo e pela

sua visibilidade. Isso era o que pretendia o governo monárquico com a festa oficial (RODRIGUES, 2009, p. 124).

Dessa forma, impôs ao gabinete do Visconde de Itaboraí a vontade de realizar a festa oficial do encerramento da GTA no Campo de Santana, ordem que foi dada oficialmente em 12 de maio de 1870. A cerimônia a ser montada com estruturas temporárias – daí a alcunha de “barracão⁸ de sarrafos” – foi orçada em 200 contos de réis, deveria ser pago com créditos extraordinários e o monumento deveria ser em homenagem à paz, ao contrário do projeto inicial de reverenciar D. Pedro II e a monarquia. O projeto inicial tinha como prazo o dia 24 de maio, em alusão aos combates de Tuiuti (24 de maio de 1866). Contudo, devido às contingências da montagem e da espera pela aprovação extraordinária na Câmara dos Deputados e no Senado, a festa foi adiada para o dia 10 de julho de 1870, data comemorativa de cinco anos da saída do imperador da sede da Corte rumo a Uruguaiana para acompanhar a retomada da cidade (SOUZA, 2015, p. 421).

A aprovação extraordinária nas duas casas legislativas ocorreu em 20 de maio e em 30 de junho. Somente no dia 8 de julho⁹, dois dias antes do evento, o monarca teve a comunicação da aprovação do crédito pelo Barão de Muritiba. A festa ornada com estruturas efêmeras seria a demonstração de força e a pujança econômica imperial, ante aos protestos dos voluntários e dos mutilados em campanha que não receberam o prometido pelo decreto de 7 de janeiro de 1865.

No entanto, o que esteve em jogo foi a exploração política da monarquia pela vitória final aliada, com as despesas para custear o fausto compondo um *ethos* específico, segmentando o momento condicionado à pirotecnia, ao mágico. O rito a ser seguido com o fausto seria a fusão das festas militares com as religiosas. As festas militares foram planejadas com desfiles em circuitos predeterminados, onde as ruas estavam or-

nadas de bandeiras, flores, galhardetes e retratos do clã monárquico e dos generais de destaque da GTA, com foco no Conde D'Eu e no Marquês de Herval, ao som de “vivas ao imperador” do público envolvido indiretamente nas comemorações. Geralmente participavam dessa parte da comemoração os parentes dos voluntários e a população local. O término do itinerário escolhido foi o Campo da Aclamação, local designado pelo imperador para que fossem montadas as estruturas de madeira, como o templo, os monumentos à monarquia e aos generais e o monumento à paz, cercados por uma imensa arquibancada.

Na entrada do complexo festivo, foram cobradas as entradas para o evento em torno de cinquenta mil réis (50\$000) por pessoa. Estes ingressos estavam disponíveis no comércio. Adicionalmente, o componente religioso não poderia faltar. A cerimônia no templo contou com um *Te-déum*¹⁰ em ação de graças pela vitória suprema. Do ponto de vista religioso, o luxo é um valor estético presente em toda religião, crenças e práticas que não visam a fins estritamente utilitários: “(...) esse luxo é indispensável à vida religiosa; ele diz respeito à sua própria essência” (DURKHEIM, 1990, p.152).

Muitas vezes, o luxo das cerimônias reflete uma leitura muito comum ao povo santo que associa o espetáculo do fausto ao tema da realeza, nesse caso específico, uma monarquia abençoada pelos céus, senhora dos destinos da nação. Esta prática, comum desde a era absolutista de Luís XIV na Europa, seria apropriado para desviar o foco da opinião opositora perante o governo com os deveres “esquecidos” perante os militares, as famílias dos militares e os inválidos. Patrice Pavis oferece um panorama do *c/ose* planejado em relação ao impacto do espetáculo:

Em tese, qualquer aspecto da festa é passível de ser espetacularizado, desde que um

desses olhares defina o que está sendo visto como espetacular ou reconheça-o como tal – espetáculo musical, espetáculo estético, espetáculo do fausto e assim por diante. Portanto, na arte ou na religião, a categoria espetacular não pode ser abordada em termos absolutos, pois ela é “(...) função tanto do sujeito que vê quanto do objeto visto”, sendo preciso considerar igualmente seu caráter histórico já que ela “(...) depende da ideologia e da estética do momento as quais decidem o que pode ser mostrado e sob que forma” (PAVIS, 1999, p.141).

Ao término da festa, tudo seria desmontado, com o objetivo de deixar somente aos olhos dos presentes ao evento a imagem de prestígio (era o que se esperava) da instituição monárquica frente à crítica dos opositores e dos jornais. A cobrança de ingresso teria o objetivo de selecionar a plateia “convidada”, em uma clara demonstração de mobilização e cooptação da opinião pública envolvida na festa.

Dessa maneira, a pretensão do governo imperial com a festa foi posicionar o Imperador D. Pedro II no centro das atenções, secundados por seu genro, o Príncipe Gastão de Orléans, sob o atual conceito de representatividade política. Isso explica a emergência do monarca em um universo simbólico capaz de divinizar-lo e também revelar o lugar socialmente devido aos seus súditos. Esse conceito foi elaborado para precisar o sentido de público na Idade Média (RODRIGUES, 2009, p. 158).

Segundo Ana Beatriz de Souza, a tentativa de criação de uma data oficial pode ser entendida como uma necessidade de reafirmação de uma identidade nacional, pois a década de 1870 representou um período de inquietações, tanto no campo social quanto no intelectual (SOUZA, 2015, p. 420). Nesse caso, a representatividade não se referia à

esfera humana institucionalmente delimitada, mas a pura exaltação pública da dominação. O conceito idealizado por Jürgen Habermas fundamenta-se a partir de três pilares, a saber: povo, vontade e representatividade, onde o preenchimento das lacunas entre o povo e seus eleitores encontra o amálgama nas festividades:

Sustenta-se que na proposta habermasiana há um *gap* entre a formação da opinião na esfera pública geral e a formação da vontade política na esfera pública parlamentar. Considera-se que

este *gap* poderia ser preenchido se, na estrutura político-jurídica criada nas constituições de cada Estado, fossem instituídos canais formais (o cerimonial, grifo nosso) que ligassem, de modo vinculante, a opinião popular à formação da vontade política no poder legislativo (CONSANI, 2016, p. 84).

Assim, o simbolismo seria uma forma de materializar o carisma do imperador perante a opinião pública, dissuadindo a oposição crescente do legislativo e às críticas dos folhetins da época.



Imagem 1 – Festejos do dia 10 de julho de 1870. Fonte: Biblioteca Nacional

Porém, a expectativa de adesão popular à festa não se tornou realidade. Segundo os relatos de folhetins da época, a adesão inicial fora entre duzentos a trezentas pessoas¹⁸, incluindo parlamentares e o corpo diplomático, rodeado por um cordão de militares designados para prover a segurança do evento. As arquibancadas, construídas para o público pagante ficaram vazias. Para

minimizar o vexame público, o Imperador D. Pedro II ordenou a entrada franca de quem quisesse participar das festas no Campo da Aclamação, com ou sem ingresso.

A festa pelo fim da Guerra do Paraguai estaria inserida nesse contexto de criação/invenção de signos norteadores do imaginário coletivo, a fim de criar,

possivelmente, uma memória e uma identidade social, de acordo com os preceitos do Estado imperial. Mas ao contrário do que esperavam os homens públicos, a festa foi um fracasso (SOUZA, 2015, p. 420).

A experiência desastrosa do Império motivou a desconsideração por outras festas similares no futuro, produzindo um efeito de esquecimento gradual dos feitos e dos personagens no maior conflito bélico da América do Sul e colocando a questão orçamentária por cima das demandas que urgiam na pasta imperial, como o combate à dívida pública e o atendimento dos requerimentos (os que chegaram¹¹) de soldos e pensões atrasados.

A PERMANÊNCIA DAS TROPAS NO PARAGUAI E A “DESTRUIÇÃO” DA FORTALEZA DE COIMBRA (1870-1871).

Após a morte de Francisco Solano López, a maior parte das tropas¹² teve como destino as províncias do Império. No entanto, coube à Primeira Divisão de Infantaria, composta por corpos especiais e por duas brigadas mistas permanecer em Assunção, totalizando 3.722 homens (AHEx, 1871), conforme o quadro a seguir:

O Governo imperial passou a atuar com a 1ª Divisão a partir da premissa de que o Paraguai, destroçado pela guerra, não teria condições de, por si só, manter-se independente, podendo ser anexado pela Argentina.

	Officiais	Praças	TOTAL	
Corpos especiais	Estado-maior general	2	2	
	Estado-maior de 1ª classe	1	1	
	Corpo de saúde	13	13	
	Repartição ecclesiastica	5	5	
SOMMA	25	25	25	
1ª Brigada	4º Batalhão de artilharia	40	377	417
	2º Regimento de cavallaria ligeira	37	375	412
	7º Batalhão de infantaria	23	438	461
	17º Batalhão de infantaria	18	393	411
SOMMA	118	1.583	1.701	
2ª Brigada	8º Batalhão de infantaria	27	624	651
	10º Batalhão de infantaria	25	459	484
	15º Batalhão de infantaria	28	390	418
	16º Batalhão de infantaria	46	397	443
SOMMA	126	1.870	1.996	
TOTAL	269	3.453	3.722	

Quadro 1 – Mapa da força do Exército Imperial existente na República do Paraguai. Fonte: AHEx, 1871.

Esse fato resultou em uma ação conservadora capitaneada pelo Ministério das Relações Exteriores e executada pelo comandante da 1ª Divisão, o General José Auto da Silva Guimarães.

O período inicial do pós-guerra, particularmente nos anos de 1870 e 1871, foi marcado por diversas discussões diplomáticas envolvendo o Governo brasileiro e a Argentina. Foram várias as acusações portenhas ao

Império, por exemplo, as críticas do plenipotenciário argentino, D. Manoel Quintana, a D. Pedro II, alegando desproporção das forças militares brasileiras existentes no Paraguai em relação aos outros países da Tríplice Aliança. Outro ponto nevrálgico foi a reclamação argentina pela demora na desocupação da Ilha de Atajo por parte das forças imperiais. Esta localidade, situada na foz do Rio Paraguai, foi empregada pelos aliados como um ponto logístico estratégico para o ressuprimento dos contingentes que estavam no território paraguaio durante os cercos de Tuiuti, Curupaiti e Humaitá. No entanto, cessada a guerra, o Governo argentino emitiu nota exigindo que fosse apressada a desocupação brasileira do local. Em resposta, o plenipotenciário brasileiro respondeu, por sucessivas vezes, negando quaisquer anseios imperialistas em relação ao território paraguaio, como trazido a seguir:

O governo imperial nunca abrigou a menor ideia de ganhar território do inimigo, nem mesmo levar suas pretensões de limites além do que em plena paz propusera ao Paraguai (...) dera o Brasil espontaneamente com seus aliados a segurança de que não entrava nessa guerra com o pensamento de conquista ou de engrandecimento material (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 1871).

Apesar da quantidade de militares empregados nas forças de ocupação, o Ministério da Guerra estava em dificuldade para mensurar as despesas da guarnição ali fixada. Como o conflito estava dado por terminado, a classificação financeira para os lançamentos contábeis entrou em caráter de “excepcionalidade”, em um primeiro momento, através da tentativa de normalização dos corpos regimentais¹³ ao efetivo de 17.607 praças, conforme o Decreto nº 782, de 19 de abril de 1851 (AHEx, 1870, p. 22), e de acordo com o extrato da Repartição Fiscal do Ministério:

Sujeitas às condições excepcionais do estado de guerra, impossível foi as repartições do Sul organizarem

toda a regularidade as suas escriturações a tempo de jogar com a do Tesouro Nacional, e pois, só agora esta última repartição [...] fica habilitada a apresentar com segurança um trabalho completo das despesas da guerra (AHEx, 1871).

Contudo, o novo mapa demonstrativo vai esvaziando o conceito de despesa corrente ao efetivo que ainda está em solo paraguaio. Os lançamentos de 1871 remontam às repartições da Fazenda no Rio da Prata e no Paraguai, totalizando 3.061:473\$086 até abril daquele ano (AHEx, 1872). Após esse lançamento, a movimentação financeira passou a ser tipificada como “despesa extraordinária”. Isso porque o efetivo existente em Assunção não reduziu significativamente¹⁴. Em consequência, os pedidos passaram a ser esporádicos conforme a demanda¹⁵ de tropas como podemos ver no pedido abaixo:

Senhora. – As quantias votadas no art. 6º da lei n. 1836, de 27 de setembro de 1870, não são suficientes para ocorrer às despesas extraordinárias com a divisão militar do Exército no Paraguai, e por isso é indispensável um crédito extraordinário de Rs. 1.949:375\$905, distribuído pelos parágrafos 6º — Arsenais de guerra; 7º — Corpo de saúde e hospitais; 8º — Quadro do Exército; e 15º — Eventuais, e repartições da Fazenda, conforme tabela junta.

A substituição daquela força pela Guarda nacional em diversas províncias cujos corpos de linha se acham em organização; os vencimentos de campanha; o aumento das rações de etapa e forragens, de oficiais do corpo de saúde, das despesas de custeio nas enfermarias, do movimento de transportes, de equipamentos, fardamentos, etc. justifica a necessidade do crédito¹⁶ (AHEx, 1872).

O Relatório do Ministério da Guerra contemplou, também, a destruição que o Exército paraguaio infringiu ao Forte de Coimbra e à Cidade de Corumbá. No início de 1870,

o Major Joaquim da Gama Lobo D'Eça fez uma exposição do estado em que se encontravam as localidades depois da invasão pa-

raguaia. Com o objetivo de apresentar as informações mais importantes deste relatório sumário, será mostrado o quadro a seguir:

Local	Estado encontrado
Forte de Coimbra	<ul style="list-style-type: none">• Semelhante a uma praça de guerra que sustentou um sítio por longo tempo;• Triste e desanimador o aspecto que apresenta o Forte, cuja destruição atingiu até a muralha que sustenta o terrapleno da obra, que também está estragada;• As partes que ofereceram maior resistência aos ataques foram os pontos que mais sofreram. Os dois meio-baluartes ficaram reduzidos aos alicerces;• Do portão principal existe apenas uma meia-folha que, achando-se ainda coberta de terra, mandei que fosse recolhida e conservada;• O sobrado do Forte está completamente estragado, e só uma reconstrução poderá restituir ao seu antigo estado.
Cidade de Corumbá	<ul style="list-style-type: none">• O depósito de artigos bélicos pouco sofreu, a não ser por ter sido exposto ao tempo;• A casa do largo do Carmo, que servia de quartel, está muito danificada. Não merece reparação porque além de ser má a sua construção, está em lugar impróprio;• Do armazém onde funcionava a Alfândega, apenas restam fragmentos de telhas e tocos para atestarem que outrora ali houve casa.

Quadro 2 – Exposição do estado das instalações do Forte de Coimbra e de Corumbá Fonte: AHEx, 1870, p. 3-8. Adaptação feita pelos autores.

O resultado da destruição e das despesas da guerra foi alvo dos cálculos da repartição dos Negócios da Guerra, onde o orçamento com a reparação através de obras militares foi de 661:252\$284. O orçamento total a ser indenizado pelo Paraguai estimado pelo Tesouro Nacional em 1871 foi de quase 273 mil contos de réis¹⁷ (AHEx, 1872).

Com o final de 1871, o saldo da longa jornada iniciada em 1864 foi de que o processo necessário para consolidar a vitória imperial na questão do Prata ainda teria um longo percurso a seguir. Com as negociações travadas com a Argentina e a sequência de reviravoltas políticas em Assunção, o Império do Brasil teria que equilibrar as despesas do “pós-guerra” com as necessidades de austeridade monetária imposta pelas dívidas no mercado internacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho ora delineado analisou algum as situações particulares sobre o final da GTA, com ênfase no período compreendido entre os anos de 1869 a 1871. Nesse sentido, o artigo

concentrou o foco no panorama interno a os movimentos político-econômicos, com consequências militares na “festa do barracão”, onde a Monarquia teve a oportunidade de verificar o prestígio institucional em decadência. Além disso, o Império teve a oportunidade de reconstruir as localidades do interior afetadas por ataques invasores e pela ocupação do Forte Coimbra e da Cidade de Corumbá. No campo diplomático, constatou-se que foi necessário um grande empenho por parte do plenipotenciário brasileiro para aplinar os ânimos com o Governo da Argentina, que acusava o Imperador de possuir pretensões imperialistas com o término da guerra.

No que concerne aos aspectos político e militar, a política de definição das fronteiras e de um possível acordo de paz dependem da estabilidade política do Paraguai pós-López, onde o Império do Brasil e a República da Argentina acusam-se mutuamente de intenções expansionistas na área. Enquanto isso, os resultados na esfera econômica imperial apresentaram consideráveis ressalvas, cumprindo-se o vaticínio de Mauá, em novembro de 1860, como ele

profetizara ao ministro plenipotenciário Andrés Lamas do Uruguai no Rio de Janeiro: a “maldita guerra” seria a “ruína do vencedor e a destruição do vencido” (ALMEIDA, 2001, p. 217).

Assim, o conflito tecnicamente dado como encerrado ainda teve que aguardar por mais algum tempo até que fossem celebrados os acordos de paz. O jogo político buscou o equilíbrio entre o que deveria esquecer e o que deveria ser lembrado e exaltado. Nesse exercício de memória e esquecimento, a diplomacia imperial tentou atingir os interesses o mais rápido possível a partir do ano de 1872, resolvendo questões fronteiriças com o Estado do Mato Grosso e promovendo de forma limitada a autonomia do Paraguai como país.

REFERÊNCIAS

AHEX. *Relatório dos Negócios da Guerra (1870)*. Rio de Janeiro: AHEX, 1870.

AHEX. *Relatório dos Negócios da Guerra (1871)*. Rio de Janeiro: AHEX, 1871.

AHEX. *Relatório da Repartição dos Negócios da Guerra*. Rio de Janeiro: AHEX, 1872.

ALETEIA. O “Te-Déum” não é só para o dia 31 de dezembro! Disponível em: <https://bit.ly/2TcaZZR>. Acesso em 23 jul. 2019.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. *Formação da diplomacia econômica no Brasil: as relações econômicas internacionais no império*. São Paulo: Editora SENAC São Paulo; Brasília: FUNAG, 2001. 675p.

Biblioteca Nacional (BN/RJ). *A Reforma*, Porto Alegre, 1870.

Biblioteca Nacional (BN/RJ). *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 1870.

BRASIL. *Relatório do ano de 1871 do Ministério das Relações Exteriores*. Disponível em: <https://bit.ly/2SSSrNJ>. Acesso em 04 set 2019.

CONSANI, C. F. A democracia deliberativa habermasiana e o déficit de representatividade. In: *Dois pontos v. 13, número 2*. Curitiba, São Carlos, outubro de 2016, p. 83-97, Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/doispontos/article/download/43115/28897>. Acesso em: 8 ago. 2019.

DINIZNUMISMATICA. *Conversão hipotética do Réis para o atual Real (2015)*. Disponível em <https://bit.ly/2Wocbv6>. Acesso em 4 set. 2019.

DORATIOTO, F. F. M. *Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, 656p.

DURKHEIM, E. “Religião e Conhecimento”. In: RODRIGUES, José. *Émile Durkheim*. 5ª ed. São Paulo: Ática, 1990. Coleção Grandes Cientistas Sociais.

FERRAZ, S. E. A dinâmica política do Império: instabilidade, gabinetes e Câmara dos Deputados (1840-1889). In: *Revista de Sociologia e Política v. 25, n. 62*. Curitiba: UFPR, 2017, p. 63 - 91. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v25n62/0104-4478-rsocp-25-62-0063.pdf> Acesso em: 21 Jul. 2019.

FILHO, H. P. M. Câmbio de longo prazo do mil-réis: uma abordagem empírica referente às taxas contra a libra esterlina e o dólar (1795-1913). In: *Cadernos de História, v. 11, n. 15*. Belo Horizonte: PUC-MG, 2º semestre de 2010. p. 9 – 34. Disponível em <http://seer.pucminas.br/index.php/cadernoshistoria/article/download/P.2237-8871.2010v11n15p9/2411>. Acesso em 12 ago. 2019.

FILHO, J. C. E; MUAZE M; SALLES R. *História do Brasil II*. V. 1. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2011.

HOMEM DE MELLO, Francisco Ignácio. Viagem ao Paraguay. In: *Revista Trimestral do Instituto Histórico, Geográfico e Ethnográfico do Brasil*. Rio de Janeiro, t. XXXVI, Parte Segunda, 1873.

OURO HOJE. Cotação do grama de ouro 24 quilates. Disponível em <https://dolarhoje.com/>

ouro-hoje/. Acesso em 4 set. 2019.

PAVIS, Patrice. *Dicionário de teatro*. Tradução de J. Guinsburg e Maria L. Pereira. São Paulo: Perspectiva, 1999.

PEREIRA, F. S. *Aspectos econômicos na Guerra da Tríplice Aliança entre 1865 e 1876*. Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em História. Rio de Janeiro: UNIRIO, 2014.

RODRIGUES, M. S. *Guerra do Paraguai: Os Caminhos da Memória entre a Comemoração e o Esquecimento (Tese de Doutorado)*. São Paulo: USP, 2009.

SOUZA, A. B. R. “Discursos, poesias, flores, bonita recepção [...] e as pensões nada!”.¹ Os acontecimentos no retorno dos voluntários da pátria”. In: *História: Debates e Tendências* – v. 15, n. 2. Passo Fundo: UPF, 2015, p. 411 – 426. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/5524/552456384009.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2019.

SOUZA, A. B. R. *Memória e Nação: O Museu Militar dos feitos da Guerra do Paraguai (1870-1922) História Militar: Entre o debate local e o nacional (Série Estudos Reunidos, Volume 51) Organização: Fernando Rodrigues e José Miguel Arias Neto – Jundiáí, Pac Editorial, 2018. p.57-81.*

TREVISAN, L. *O que todo cidadão precisa saber sobre o pensamento militar brasileiro*. São Paulo, Global, 1985.

WARREN, Harris Gaylord. *Paraguay y la Triple Alianza: la década de posguerra, 1869-1878, 3ª edición*. Asunción: Intercontinental editora, 2015, 449p.

WARREN, Harris Gaylord. *Paraguay and the Triple Alliance: the postwar decade, 1869-1878*. Austin: University of Texas, 1978, 288p.

NOTAS

¹ A utilização dos jornais – sobretudo os de oposição ao governo, com destaque para *A Reforma* e *Opinião Liberal*, publicados no Rio de Janeiro; *A Reforma*, publicado no Rio Grande do Sul; *A Regeneração*, de Santa Catarina; e o jocoso *O Alabama*, que circulava na cidade de Salvador, na Bahia – trouxe à tona as questões relacionadas ao que, com frequência, denominava-se “ingratidão da pátria” para com os veteranos de guerra, os órfãos, as viúvas e os mutilados.

² Os partidos que representavam o Império do Brasil eram o Partido Conservador, chamado pejorativamente de “Saquaremas” e o Partido Liberal, também chamado pejorativamente de “Luzias”. “Luzias” é o termo pelo qual ficaram conhecidos os liberais, mas foi um termo cunhado pelos conservadores, com o intuito – bem-sucedido – de estigmatizar os liberais por uma eterna referência negativa. Com a ação do Barão de Caxias na liderança das forças do governo, os liberais foram logo derrotados, em especial na Batalha de Santa Luzia (1842), que pôs termo à revolta em Minas Gerais. Desde então, os liberais mineiros ficaram conhecidos como *luzias*, apelido logo estendido para todos os liberais do Império. Simultaneamente, pela ação contra a revolta e pelo discurso da ordem, os conservadores se autoproclamaram o “partido da ordem”, ou “partido ordeiro”, deixando no ar a impressão de que os adversários políticos constituíam o “partido da desordem”. Ansiosos por devolver o apelido e reverter a disputa simbólica, os liberais agiram e, desde então, o termo “saquaremas” passou a nomear os protegidos de seus opositores, logo se estendendo, num sentido pejorativo, indicando “favorecidos” indica a integração e subordinação dos conservadores de todo o Brasil ao projeto de maior poder do governo central perante as províncias, sob o controle direto da Corte estabelecida no Rio de Janeiro (FILHO, MUAZE e SALLES, 2011, pp.77 - 79).

³ A condicionante para que o Marechal e Duque Luís Alves de Lima e Silva assumisse o comando das tropas em território paraguaio foi a dissolução do parlamento, cujo mando, apesar de conservador, estava com uma ala moderada em torno dos liberais. Em consequência, a troca de gabinete pôs um termo à hegemonia da liga progressista e representou na mais traumática inversão partidária do Segundo Reinado (FERRAZ, 2017, p. 73).

⁴ Dia de Nossa Senhora da Assunção, data simbólica para registrar o início do Governo Provisório (WARREN, 2015, p. 83).

⁵ A lista tríplice desagradou ao conselheiro Paranhos porque um dos filhos de Francisco Découd, Juan José, escrevia artigos cáusticos em um jornal de Corrientes. Em consequência, este foi substituído por Cirilo Antonio Rivarola, presidente provisório, em 18 de agosto de 1869 (WARREN, 2015, p. 83 - 98).

⁶ *Preliminary Agreement of Peace between Argentine Republic and Brazil and Paraguay [...] June 20th 1870, state papers* (Londres, 1873).

⁷ Carta do Barão de Penedo em Londres ao Barão de Cotegipe, Ministro da Marinha, em 23 de outubro de 1869. Coleção Tobias Monteiro. Biblioteca Nacional.

⁸ FCRB. Discurso do Senador Silveira Motta na sessão do Senado de 20 de junho de 1870. *Anais do Senado do Império*, Rio de Janeiro, 1870, p. 209.

⁹ Lei nº 1766, de 8 de julho de 1870. Crédito extraordinário para as despesas de um solene *Te Deum* (AHEx, 1872).

¹⁰ “*Te Deum laudamus*”, em latim, quer dizer “*Nós Vos louvamos [como] Deus*”. Trata-se da primeira afirmação de um hino católico do Ofício de Leituras da Liturgia das Horas e entoado em eventos solenes de ação de graças. O hino ficou conhecido pelas duas primeiras palavras do primeiro verso: “*Te Deum*”, mantido como título inclusive na maioria das traduções para os diversos idiomas. A autoria do hino é atribuída tradicionalmente a Santo Ambrósio e a Santo Agostinho, por ocasião do batismo deste último pelo primeiro, em 387, na Catedral de Milão. É tradicional cantá-lo ou rezá-lo no último dia do ano, em agradecimento por todas as bênçãos recebidas de Deus (ALETEIA, 2019).

¹¹ De acordo com informações do Ministério da Guerra, até o fim do ano de 1870, “somente fizeram-se 129 concessões de terra, abrangendo uma área de 14.048,100 metros quadrados” (AHEx, 1871, p. 25). A remuneração seria realizada de forma mais lenta, remontando processos pelo final do século XIX até a década de 1970 do século XX (SOUZA, 2015).

¹² Segundo o Relatório do Ministério da Guerra, a soma das forças pouco excede a 83.941 praças (AHEx, 1872, p. 7) e que o número de mortos, feridos e extraviados em combate subiu a 23.910 pessoas (AHEx, 1870, pp. 21-22).

¹³ Lei nº 1765, de 28 de junho de 1871. Regulariza o efetivo dos corpos de Infantaria, Cavalaria e Artilharia do Exército Imperial após a Guerra da Tríplice Aliança (AHEx, 1871).

¹⁴ O efetivo sob o comando do General José Auto em 1872 foi de 2.865 homens (AHEx, 1872).

¹⁵ Porém, “o cumprimento desta (lei, grifo nosso) seria uma dura realidade” (WARREN, 1978:221). Isso por causa do clima de instabilidade causada pelas revoltas de sucessão e alternância no poder, a saber, em 1871 Salvador Jovellanos, vice-presidente aceitou o pedido de renúncia de Rivarola, e Juan Bautista Gill, ex-ministro da fazenda afastado por corrupção, alcança o senado. Duas revoltas foram sufocadas em 1871 e 1873-74 (Jovellanos solicitou ao congresso paraguaio a disponibilidade de 200.000 pesos fortes para debelar esse conflito iminente) com a ajuda das tropas e pela diplomacia Imperial (PEREIRA, 2014).

¹⁶ O crédito solicitado foi aprovado pela Princesa Regente Isabel, por meio do Decreto nº 4832, de 30 de novembro de 1871 (AHEx, 1872).

¹⁷ De acordo com um site especializado em numismática, em 1860, um conto de réis (1:000\$000) comprava um quilo de ouro (DINIZNUMISMATICA, 2015). Com desvalorização de 20% frente à libra esterlina, atrelado ao padrão-ouro, observada entre 1860 e 1870 (9,44 mil-réis e 11,79 mil réis por libra respectivamente) (FILHO, 2010, p. 33), pode fazer uma aproximação de que um conto de réis comprava aproximadamente 800 gramas de ouro. Considerando o grama do ouro está avaliado atualmente na faixa dos R\$ 205,08 (OURO HOJE, 2019), o valor estimado dos custos da GTA para o Império convertido de forma simples, sem adição de juros e correções atingiria o valor de R\$ 44.789.472.000.

¹⁸ Dos 8 mil convites expedidos, cerca de 7.800 foram rejeitados. As arquibancadas, que deveriam abrigar 4.385 pessoas, contava apenas com 25, a maioria composta por familiares dos empresários envolvidos na festa (SOUZA, 2015, p. 422).